

doi.org/10.33362/juridico.v14i2.3565

O preparo do pesquisador na educação jurídica: estratégias de incentivo à pesquisa

Researcher preparation in legal education: research encouragement strategies

Erik Dênio Gomes de Oliveira Filho¹
Ramon Rebouças Nolasco de Oliveira²
Jailson Alves Nogueira³

Recebido em:15/07/2024

Aceito em:07/10/2025

RESUMO: Diferentemente da extensão, que passou a ser de curricularização obrigatória, por força do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, o incentivo à pesquisa tem ficado como espécie de cláusula aberta, mais dependente das variadas formas de implementação pelos PPCs. Nesse cenário, a Revisão Integrativa (RI) de literatura pode atuar como uma forma para atingir esse objetivo, servindo como uma metodologia que pode ser utilizada ainda na iniciação à pesquisa. O objetivo geral do presente trabalho é compreender como eventos de treinamento acadêmico-científico podem contribuir com a capacitação dos estudantes, demonstrando técnicas de ensino de metodologia que fomentem a escrita acadêmica no contexto da “curricularização” da pesquisa na formação jurídica. De maneira específica, buscamos analisar dois eventos realizados, no âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-árido, com o intuito de capacitar graduandos em Direito sobre o uso da Revisão Integrativa da literatura, apontando os resultados obtidos. A metodologia adotada consiste numa abordagem bibliográfica e descritiva de cunho quali-quantitativo acerca dos eventos realizados. Os resultados indicaram que a participação nas oficinas teve um impacto positivo significativo na compreensão dos estudantes sobre a metodologia da pesquisa jurídica e na capacidade de realizar uma RI. Conclui-se pela eficácia e importância da continuidade de eventos dessa natureza, A revisão criteriosa de produções acadêmicas fornece meios para enfrentar os vícios manualescos na formação dos juristas, uma vez que o

¹ Erik Dênio Gomes de Oliveira Filho - Mestrando e Graduado pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Membro do Grupo de Pesquisa “Observatório de Práticas Sociojurídicas” da UFERSA. Membro do Grupo de Pesquisa “Direito e Educação” da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. e-mail: erikd.oliver@gmail.com. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3692524237524819>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6382-9633>.

² Ramon Rebouças Nolasco de Oliveira - Doutor em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciências Sociais e Humanas e Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professor da Graduação e do Mestrado em Direito da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA), Mossoró, RN. Membro do Grupo de Pesquisa “Observatório de Práticas Sociojurídicas” da UFERSA. e-mail: ramonreboucas@gmail.com. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3485140030713827>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2445-6136>.

³ Jailson Alves Nogueira - Doutor em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciências Sociais e Humanas e graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professor do Curso de Graduação Direito da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA), Mossoró, RN. Membro do Grupo de Pesquisa “Observatório de Práticas Sociojurídicas” da UFERSA. e-mail: jailsonalvesuern@hotmail.com. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1147493071501410>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3096-2609>.

fomento do desenvolvimento de competências críticas e argumentativas nos alunos, alinhase com as demandas por uma educação jurídica mais prática e reflexiva.

Palavras-chave: Ensino Jurídico; Estágio Docência; Extensão Universitária; Pesquisa Acadêmica.

ABSTRACT: Unlike extension activities, which became mandatory for curriculum integration under the National Education Plan (PNE) approved by Law No. 13.005/2014, research incentives have remained as open clauses, more dependent on the various forms of implementation by the Course Pedagogical Projects (PPCs). In this context, the Integrative Review (IR) of literature can serve as a methodology to achieve this objective, being used even at the beginning of research. The general objective of this work is to understand how academic-scientific training events can contribute to student training, demonstrating teaching techniques that promote academic writing in the context of research “curricularization” in legal education. Specifically, we aim to analyze two events held at the Federal Rural University of the Semi-Arid (UFERSA), aiming to train law undergraduates on the use of Integrative Literature Review, highlighting the results obtained. The adopted methodology consists of a bibliographic and descriptive approach with a qualitative-quantitative nature regarding the events held. The results indicated that participation in the workshops had a significant positive impact on students' understanding of legal research methodology and their ability to conduct an IR. The study concludes by emphasizing the effectiveness and importance of continuing such events. A thorough review of academic productions provides means to overcome the traditional manual-based approach in the training of jurists, as fostering the development of critical and argumentative skills in students aligns with the demands for a more practical and reflective legal education.

Keywords: Curricular integration; Legal Education; Teaching Internship; University extension; Academic research.

INTRODUÇÃO

A mais atualizada normativa que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Direito, a Resolução nº 5/2018, do Ministério da Educação (MEC), estabelece que, no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), deverão constar incentivo à pesquisa como “fator necessário ao prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica” (art. 2º, IX) e que as atividades de ensino dos cursos de Direito devem estar articuladas às atividades de extensão e de iniciação à pesquisa”.

Diferentemente da extensão, que passou a ser de curricularização obrigatória, por força do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, mediante a Meta 12.7, que visa “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária

[...]”, o incentivo a pesquisa tem ficado como espécie de cláusula aberta, mais dependente das variadas formas de implementação pelos PPCs.

Nesse cenário, a Revisão Integrativa (RI) de literatura pode atuar como uma forma para atingir esse objetivo. Este método de pesquisa, baseado em evidências (Rodrigues; Grubba, 2023), visa fornecer um entendimento abrangente sobre um determinado assunto ou problema, constituindo um corpo de conhecimento consolidado.

A revisão integrativa sintetiza resultados de pesquisas sobre um tema de maneira sistemática ordenada e abrangente sobre estudos já realizados (Mendes; Silveira; Galvão, 2008), permitindo que os estudantes desenvolvam competências essenciais para o itinerário formativo, como análise crítica, capacidade argumentativa e escrita acadêmica (Felix, 2014).

Como meio de incorporar a pesquisa no curso de Direito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), uma das atividades realizadas em caráter de estágio docência, foi a oferta de duas oficinas, intituladas “Teoria e Prática da Pesquisa Científica Aplicada ao Direito” e “Oficina de Construção de Artigo Científico: Metodologia e Pesquisa Jurídica”. Dentre outras questões concernentes à Metodologia da Pesquisa Jurídica, foi abordado o passo a passo de como se fazer uma Revisão Integrativa de Literatura.

O objetivo geral do presente trabalho é compreender como eventos de treinamento acadêmico-científico podem contribuir com a capacitação dos estudantes, demonstrando técnicas de ensino de metodologia que fomentem a escrita acadêmica no contexto da curricularização da pesquisa na formação jurídica. De maneira específica, buscamos analisar dois eventos realizados, no âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-árido, com o intuito de capacitar graduandos em Direito sobre o uso da Revisão Integrativa da literatura, apontando os resultados obtidos. A metodologia adotada consiste numa abordagem bibliográfica e descritiva de cunho quali-quantitativo acerca dos eventos realizados.

A presente pesquisa, detalha a ocorrência desses eventos, traçando um relato da realidade estudada e justifica-se pela necessidade de difundir formas de associação entre a pesquisa e os outros momentos da educação jurídica, no preparo do egresso dos cursos de graduação em Direito, especialmente frente às demandas por curricularização da pesquisa. O evento foi aberto à comunidade mossaoroense, cabendo citar que o município possui 5 cursos de Direito, na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Universidade Estadual do

Rio Grande do Norte (UERN)⁴, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN), Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau) e Universidade Potiguar (UnP).

INCENTIVO À PESQUISA NA GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UFERSA

Certamente, o incentivo à pesquisa se trata de um esforço para cada PPC, como preveem as DCNs, considerar os “novos desafios de ensino e pesquisa que se estabeleçam para a formação pretendida” (art. 5º, §2º). Para tanto, se faz necessário o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que integrem a pesquisa acadêmica às demais atividades curriculares, promovendo a formação de competências críticas e argumentativas dos alunos, fatores importantes para o conhecimento sociopolítico sobre o Direito com o fim de torná-lo usual, diminuindo o descompromisso dos profissionais juristas (Warat, 1982). Este movimento reflete um avanço significativo no ensino jurídico, alinhando-se com as demandas contemporâneas por uma educação jurídica mais prática, crítica e reflexiva (Brasil, 2018).

Como forma de avaliação da disciplina de Teoria Geral do Direito Civil, disciplina na qual se desenvolve o estágio docente, os estudantes da graduação devem entregar um artigo científico, produzido em grupos de 5 pessoas, no intuito de também desenvolver a competência de trabalhar em equipe (Felix, 2014).

Por consenso entre os discentes, docentes orientadores⁵ e estagiário docente, como forma de instrução sobre como iniciar na escrita acadêmica, foram cadastrados os eventos, de forma institucional, formalizado como curso de extensão: “Teoria e Prática da Pesquisa Científica Aplicada ao Direito”, realizado no dia 10 de julho de 2024 e “Oficina de Construção de Artigo Científico: Metodologia e Pesquisa Jurídica”, no dia 13 de julho do mesmo ano.

Os eventos, cadastrados como ações de extensão da UFERSA, foram abertos ao público em geral, inclusive, externo à instituição. Logo, não ficou adstrito aos discentes matriculados

⁴Destaca-se aqui que o PPC do Curso de Direito da UFERSA optou por tornar créditos de pesquisa obrigatórios para integralização da graduação: “Por essa razão, todos os elementos do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão) estão curricularizados, ou seja, compreendem componentes curriculares obrigatórios para o desenvolvimento das competências previstas no PPC e, assim, preparar o egresso com o perfil almejado” (UFERSA, 2019).

⁵Apesar do estágio docente ser desenvolvido na disciplina de Teoria Geral do Direito Civil, também existe um diálogo próximo com alunos da disciplina de Direito Processual Civil II, ministrada pelo orientador do mestrando (estagiário docente que ofertou as oficinas). Os eventos foram cadastrados no sistema da UFERSA, tendo os docentes como organizadores. Em ambas as disciplinas, são cobrados artigos científicos sobre temáticas que envolvam a matéria estudada, com o intuito de promover, ao final, a organização e publicação de uma coletânea com os trabalhos desenvolvidos nas disciplinas pelos estudantes.

na disciplina. As oficinas tiveram o objetivo de trabalhar as etapas de construção de artigos científicos, desde o seu planejamento, envolvendo a definição do problema, objetivos, metodologia, justificativa, redação e formatação. Em ambos, os participantes também foram introduzidos a técnicas de redação científica, incluindo elementos pré-textuais, textuais e pós textuais. Por fim, foram indicados softwares e indexadores que podem ser utilizados na pesquisa jurídica e os inscitos foram ensinados o passo a passo de como realizar uma Revisão Integrativa da Literatura.

As oficinas abordaram desde os componentes essenciais de um artigo até métodos específicos de pesquisa, com um aprofundamento instrucional sobre RI, apresentando aos participantes ferramentas indispensáveis para a elaboração de trabalhos acadêmicos. Durante a oficina foram inicialmente explicados, de forma aprofundada, os componentes essenciais do resumo e introdução. Também foram trabalhados sistemas de citação e como construir referências com auxílio de softwares, como o Zotero.

Os participantes também foram instruídos sobre métodos de abordagem e métodos de procedimento, com a exemplificação prática de trabalhos que utilizavam os métodos hipotético-dedutivo, exlético e descritivo, bem como pesquisas utilizando métodos quantitativos, questionários, grupos focais e a RI. Por fim, como parte prática da oficina, os estudantes propuseram temas de pesquisa para que fossem feitas Revisões Integrativas em dois indexadores ou repositórios: o Portal de Periódicos da CAPES e o SciELO.

Ainda no tocante à RI, os alunos tiveram contato com o fluxograma PRISMA (Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-Análises) como forma de representação dos caminhos traçados na revisão de literatura (Page et al., 2021). Isso se faz necessário, uma vez que, entendendo a literatura como dados da pesquisa, também se faz necessário desenvolver como o estudo foi conduzido (Torraco, 2016).

No primeiro evento, realizado presencialmente, no dia 10 de julho de 2024, compareceram 25 participantes, havendo 3 discentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e 1 da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN), sendo os demais (21) da UFERSA. Cabe ressaltar que, entre os presentes, havia 4 alunos do último período, em fase de redação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O segundo evento foi realizado na modalidade remota para atender a necessidade dos estudantes que são de outras cidades ou trabalham durante a manhã e tarde e não poderiam

comparecer presencialmente. Por esse mesmo motivo, optou-se pelo sábado, sendo realizada a segunda oficina no dia 13 de julho de 2024, da qual se inscreveram 65 alunos, sendo 3 da UERN, 1 da Faculdade do Complexo Educacional Santo André (FACESA), 1 da Escola do Judiciário de Goiás e, o restante, da UFERSA

Entre os presentes, 3 alunos do 9º período e 1 do 10º período tiraram dúvidas com relação à escrita do TCC. Além dos alunos das turmas de Teoria Geral do Direito Civil e Direito Processual Civil II, ofertadas no 2º e 5º período, respectivamente, também havia alunos de outros semestres da graduação, cabendo ressaltar a presença de 19 alunos do 1º período. Além disso, 2 mestrandos do PPGD da UFERSA também assistiram à oficina.

CONCLUSÃO

Os resultados indicaram que a participação nas oficinas teve um impacto positivo significativo na compreensão dos estudantes sobre a metodologia da pesquisa jurídica e na capacidade de realizar uma Revisão Integrativa de Literatura. Ao final do evento, foi pedido para que os alunos fizessem uma breve avaliação ao preencherem o formulário de presença das oficinas. Os feedbacks revelaram que os alunos não tiveram contatos práticos com a escrita acadêmica no que diz respeito à produção metodológica de uma revisão de literatura, ou outras metodologias antes do início de qualquer pesquisa.

Os alunos ainda destacaram se sentirem mais preparados para desenvolver artigos científicos que são objeto de avaliação da disciplina e que isso servirá também para seus futuros trabalhos de conclusão, apontando ainda a importância de eventos dessa natureza ocorrerem com maior frequência. Portanto, as oficinas de Metodologia da Pesquisa Jurídica se revelaram uma iniciativa capaz de capacitar os estudantes para a elaboração de artigos científicos e na integração da pesquisa com o ensino e outras atividades da sua formação jurídica, compreendendo-se como uma forma de incentivo à pesquisa, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais.

A Revisão Integrativa de Literatura, metodologia abordada com maior detalhamento, demonstrou, pela perspectiva dos alunos, ser intuitiva e é, de acordo com Bastos (2009), basilar para o início ou até mesmo para ajudar a fundamentar pesquisas em desenvolvimento. Tal modo sistemático de levantamento de literatura também contribui para superar tradicionais cultos à doutrina, que se nutrem da ideia de pensamento enciclopédico. A revisão

criteriosa de produções acadêmicas fornece meios para enfrentar os vícios manualescos na formação dos juristas. O fomento do desenvolvimento de competências críticas e argumentativas nos alunos, alinha-se com as demandas por uma educação jurídica mais prática e reflexiva.

A continuidade de eventos similares e a incorporação transversal de métodos de pesquisa na formação jurídica são essenciais para a construção de um ensino jurídico robusto e alinhado à curricularização da pesquisa. Não obstante, é necessário observar com cuidado a composição do corpo discente, buscando a inclusão de todos os alunos, valendo observar que o evento ofertado de maneira remota teve o dobro de inscritos, o que demonstra a necessidade de pensar formas de acesso múltiplas para os alunos.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Rogério Lustosa. Ciências humanas e complexidades: projetos, métodos e técnicas de pesquisa: o caos, a nova ciência. 2 ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução n.º 5, de 17 de dezembro de 2018. Brasília, 2018. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e das outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN52018.pdf?query=270/2001-CEE/MS. Acesso em: 11 de julho de 2024.

FELIX, Loussia Penha Musse (ed.) Ensino Superior na América Latina: reflexões e perspectivas sobre Direito. Projeto Tuning América Latina. Bilbao: Universidad de Deusto, 2014. Disponível em: <http://www.deusto-publicaciones.es/deusto/pdfs/tuning/tuning81.pdf>. Acesso em: 11 de julho de 2024.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/>. Acesso em: 11 de julho de 2024.

PAGE, Mathew et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. [S.l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.prisma-statement.org/prisma-2020-flow-diagram>. Acesso em: 11 de julho de 2024.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; GRUBBA, Leilane Serratine. Pesquisa Jurídica Aplicada. Florianópolis: Habitus, 2023. Disponível em: <https://www.habituseditora.com.br/index.php?q=ed23>. Acesso em: 11 de julho de 2024.

TORRACO, Richard J. Writing integrative literature reviews: Guidelines and examples. Human Resource Development Review, 4(3), 356–367. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1534484305278283>. Acesso em: 11 de julho de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito. Mossoró, RN, 2021. Disponível em: <https://direito.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/35/2022/01/PPC-Direito-1.pdf>. Acesso em: 11 de julho de 2024.

WARAT, Luis Alberto. Saber crítico e senso comum teórico dos juristas. Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos, v. 3, n. 05, p. 48-57, 1982. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/1151086659?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true&sourcetype=Scholarly%20Journals>. Acesso em: 11 de julho de 2024.

WHITTEMORE, R; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. Journal Advanced Nursing, 52(5), 546-53, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>. Acesso em: 11 de julho de 2024.